

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS,
ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
FIPECAFI

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Considerações iniciais

Ancorada em seus quatro valores (justiça, integridade, profissionalismo e meritocracia), a Administração da Fipecafi considera que o ano de 2019 foi, certamente, o melhor deste último quadriênio. Com a consolidação do novo modelo de gestão da Fundação e do equilíbrio econômico-financeiro, 2019 foi marcado por ações voltadas para inovação, crescimento e consolidação, tendo sido possível colocar a Fipecafi em outro patamar. Assim, todas as iniciativas, ações e decisões vem sendo implementadas tendo em vista alcançar os oito objetivos estratégicos da Fundação.

Área educacional

No âmbito da graduação, a Faculdade Fipecafi formou a primeira turma do curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, nas modalidades presencial e a distância (EaD), e a primeira turma de Ciências Contábeis na modalidade EaD.

Neste ano houve o reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC) do Bacharelado em Ciências Contábeis e do Tecnólogo em Gestão Financeira, na modalidade EaD, ambos com nota máxima (5). No mesmo sentido, a Faculdade Fipecafi obteve nota máxima no ENADE 2018, divulgado no ano de 2019. A nota média do ENADE do curso de Ciências Contábeis no Brasil foi de 2,28, enquanto a Faculdade Fipecafi apresentou conceito médio de 4,78, consideravelmente acima da média nacional.

Estes reconhecimentos, juntamente com o desempenho dos alunos no ENADE e com o excelente desempenho nos diversos indicadores avaliados pelo MEC, colocaram a Faculdade Fipecafi entre as melhores do Brasil, dentre as instituições privadas, feito que deve ser muito comemorado.

Também vale destacar o lançamento do curso MBA Gestão Tributária na modalidade EaD, com a primeira turma iniciando no começo de 2020, bem como de diversos novos cursos de educação executiva, tanto na modalidade presencial quanto EaD.

Em 2019 a área educacional da Fipecafi cresceu 17% no número de matrículas em cursos de longa duração, em relação a 2018, a exemplo do que vem acontecendo nos últimos anos; vale destacar que de 2016 para 2019 o número de novos alunos duplicou.

Área de projetos

Quanto à área de projetos, e a exemplo de anos anteriores, 2019 também foi um ano difícil, porém acompanhou o desempenho de 2018. As mudanças no cenário político e econômico proporcionaram uma melhora no mercado animar um pouco, porém com certa cautela, resultando que tanto as entidades públicas como as empresas privadas ainda investissem pouco em projetos de pesquisa contratados.

As ações desenvolvidas na área de projetos em 2018 e 2019 permitiram à Fipecafi continuar ampliando o número de clientes e parceiros atendidos no setor privado e manter a geração de receita. Essas ações permitiram, também, consolidar o processo de reestruturação da área em termos de equipe, processos, produtos e visibilidade, bem como dar continuidade a projetos importantes, como a Revista Melhores e Maiores e o Troféu Transparência.

Destaque para o desenvolvimento de iniciativas relacionadas à inovação científica e tecnológica para capacitar a Fipecafi a ser reconhecida e credenciada como Instituição Científica e Tecnológica (ICT), bem como a concepção de novos laboratórios de pesquisas e parcerias com as unidades da área educacional.

Área de administração, finanças e marketing

No âmbito das atividades de administração, finanças e marketing, merecem destaque a institucionalização definitiva do novo modelo de gestão, a melhoria da efetividade das atividades da Fundação, a institucionalização de uma unidade de compras centralizada, a transformação do departamento de pessoal em área de gestão de recursos humanos, o desenvolvimento e implementação de novas soluções tecnológicas para os públicos interno e externo, a implementação do novo portal Fipecafi e a realização de investimentos em tecnologia.

Essas ações ajudaram a incrementar o nível de satisfação de alunos, professores, funcionários, empresas etc., bem como elevar o número e a qualidade de eventos visando à ampliação da visibilidade da Fipecafi.

Apoio ao EAC

Destacamos o intenso trabalho de apoio institucional, operacional e financeiro dado ao Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA-USP, por meio de ações como suporte tecnológico, provimento de equipe, bolsas de incentivo à pesquisa para docentes, bem como de integração entre docentes e

funcionários do EAC e da Fiecafi.

Desempenho

O ano de 2019 foi marcado por uma leve retomada do desempenho econômico brasileiro. Neste cenário, enquanto o PIB brasileiro cresceu aproximadamente 1%, a receita operacional líquida da Fiecafi cresceu 7% de 2018 para 2019, com destaque para a área educacional que cresceu mais de 14% neste período.

Adicionalmente, nossa receita com aluguéis cresceu em aproximadamente 25%, haja vista que hoje todos os imóveis considerados como propriedades para investimentos encontram-se locados e fruto, também, do trabalho forte de locação dos espaços destinados às salas de aula quando estão ociosas.

Outro ponto que merece destaque está no resultado financeiro líquido. Em 2019 a Fiecafi liquidou, com praticamente quatro anos de antecedência, seu financiamento imobiliário correspondente ao prédio onde são desenvolvidas suas atividades tendo liquidado antecipadamente o financiamento de capital de giro. Com isso, as despesas financeiras reduziram em, aproximadamente, 90% de 2018 para 2019. Ademais, com a realização de aplicações financeiras destinadas a formar reservas gerou receitas financeiras, possibilitando o decréscimo do resultado financeiro líquido negativo em, aproximadamente, 90%, se aproximando a zero ao final de 2019 estava muito próximo de zero (R\$76.169).

O caixa e equivalentes de caixa cresceu em aproximadamente 148% de 2018 para 2019 decorrente de uma política da Administração de criar uma reserva. Em paralelo, a conta de serviços prestados a pagar, curto e longo prazo, reduziu em 32% no período, mesmo com o aumento da receita, o que ocorreu em razão da possibilidade de pagar dívidas que estavam contingenciadas junto a seus parceiros.

Com todas essas ações, em 2019 a Fiecafi conseguiu elevar o seu superávit em aproximadamente 18% (sem considerar os resultados extraordinários, tais como provisões e perda na venda do imobilizado, bem como o resultado financeiro) em relação a 2018. Isso demonstra o esforço da Diretoria Executiva, do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e de todos os funcionários na busca incessante pela eficiência, qualidade e alcance de resultados.

Expectativas para 2020

Todas as ações empreendidas pela Fipecafi nos últimos anos levaram ao estabelecimento de bases econômicas, operacionais e de gestão bastante sólidas. Isso significa que, mesmo que cenários adversos se apresentem, a Fipecafi está preparada para o devido enfrentamento, mantendo a vigilância constante na gestão dos gastos para garantir o equilíbrio econômico-financeiro e patrimonial e permitir a continuidade de ações para alavancar as áreas educacional e de projetos.

Os acontecimentos do início de 2020 relacionados ao estado de pandemia decorrentes do COVID-19 têm provocado um contexto de muitas incertezas mundiais. Neste sentido, a Fundação vem adotando medidas com o propósito de preservar a saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros, assim como a saúde financeira da instituição.

A Administração, haja vista o trabalho e as avaliações de seus diferentes comitês de gestão de crise, considera que suas atividades não serão tão fortemente impactadas, a exemplos de outros setores da economia. Essa conclusão tem fundamento em razão de que as atividades administrativas e de desenvolvimento de projetos e pesquisas continuam sendo totalmente realizadas, porém na forma de home office e com reuniões periódicas online. Por sua vez, as atividades educacionais não foram interrompidas em nenhum momento nos cursos EaD, enquanto os cursos presenciais foram rapidamente adaptados para a modalidade de aulas online, ao vivo, pelo período que durar o isolamento social.

Portanto, o cenário que se apresenta para a Fipecafi em 2020 é de manutenção total de suas atividades e vigilância absoluta da situação econômico-financeira e patrimonial.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Curador e Diretoria Executiva da
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Fundação, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;



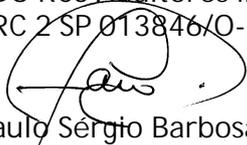
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa gerar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 2 SP 016754/O-1

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	2.912.328	1.172.664	Fornecedores	4.4	664.519	1.153.066
Contas a receber	4.2	3.815.095	3.822.818	Salários e encargos	4.5	685.937	590.671
Outras contas a receber	4.3	-	4.700.000	Férias a pagar	4.5	1.006.531	812.799
Adiantamentos diversos		269.211	172.092	Tributos a recolher	4.6	209.743	194.440
Outros créditos		760	50.048	Contas a pagar	5.2	120.642	116.364
Estoques		110.590	112.775	Serviços prestados a pagar	4.7	3.429.710	4.642.855
		<u>7.107.984</u>	<u>10.030.397</u>	Adiantamentos de clientes		310.113	211.331
				Empréstimos e financiamentos - imobiliário	6.3.1	-	3.795.597
				Empréstimos e financiamentos - capital de giro	6.3.2	-	500.000
						<u>6.427.195</u>	<u>12.017.123</u>
Não circulante				Não circulante			
Investimentos		40.856	40.856	Serviços prestados a pagar	4.7	292.799	839.780
Depósitos judiciais	5.1	47.582.085	45.241.607	Empréstimos e financiamentos - capital de giro	6.3.2	-	125.000
Propriedades para investimentos	3.1	11.500.000	11.030.000	Provisão para demandas judiciais	5.3	31.702.834	30.324.138
Imobilizado	3.2	18.301.409	18.197.217			<u>31.995.633</u>	<u>31.288.918</u>
Intangível	3.3	34.826	32.221				
		<u>77.459.176</u>	<u>74.541.901</u>				
				Patrimônio líquido	6.4		
				Patrimônio social		32.000.000	32.000.000
				Ajuste de avaliação patrimonial		2.310.774	2.390.456
				Superávit acumulado		<u>11.833.558</u>	<u>6.875.801</u>
						<u>46.144.332</u>	<u>41.266.257</u>
Total do ativo		<u><u>84.567.160</u></u>	<u><u>84.572.298</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>84.567.160</u></u>	<u><u>84.572.298</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita operacional líquida	2.1	34.418.946	32.180.678
Custos dos serviços prestados	2.2	(23.785.122)	(22.125.620)
		10.633.824	10.055.058
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	2.3	(8.291.864)	(7.525.220)
Receitas de aluguéis	2.4	2.169.092	1.741.099
Ganho na variação de propriedades para investimento	3.1	470.000	160.000
Outras receitas/(despesas) operacionais		205.944	(35.588)
		(5.446.828)	(5.659.709)
Superávit antes das operações não recorrentes		5.186.996	4.395.349
Despesa com provisões para riscos tributários/fiscais/trabalhistas	5.3	(232.752)	(1.777.263)
Perda na venda do imobilizado	3.1	-	(1.750.000)
		(232.752)	(3.527.263)
Superávit antes do resultado financeiro		4.954.244	868.086
Receitas financeiras	2.5	76.041	26.067
Despesas financeiras	2.5	(152.210)	(749.122)
Resultado financeiro líquido		(76.169)	(723.055)
Superávit do exercício		4.878.075	145.031

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	2019	2018
Superávit do exercício	4.878.075	145.031
Outros componentes do resultado abrangente	(79.682)	(1.277.758)
Total do resultado abrangente do exercício	4.798.393	(1.132.727)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	Nota explicativa	Patrimonio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		32.000.000	3.668.214	5.453.012	41.121.226
Ajuste de avaliação patrimonial	6.4	-	(1.277.758)	1.277.758	-
Superávit do exercício		-	-	145.031	145.031
Saldos em 31 de dezembro de 2018		32.000.000	2.390.456	6.875.801	41.266.257
Ajuste de avaliação patrimonial	6.4	-	(79.682)	79.682	-
Superávit do exercício		-	-	4.878.075	4.878.075
Saldos em 31 de dezembro de 2019		32.000.000	2.310.774	11.833.558	46.144.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FISPECAFI

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Superávit do exercício		4.878.075	145.031
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	3.2 e 3.3	522.002	537.036
Baixa de item do imobilizado	3.2	2.068	-
Perda na venda do imobilizado	3.1	-	1.750.000
Provisões para demandas judiciais (tributários/fiscais/trabalhistas)	5.3	232.752	1.777.263
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	4.2	767.729	812.898
Ganho na variação de propriedades para investimento	3.1	(470.000)	(160.000)
Superávit do exercício ajustado		5.932.626	4.862.228
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo			
Contas a receber		(760.006)	(2.573.916)
Adiantamentos diversos		(97.119)	(51.370)
Depósitos judiciais		(2.340.478)	(2.616.754)
Fornecedores		(488.547)	151.848
Salários e encargos		95.266	86.273
Férias a pagar		193.732	148.889
Serviços prestados a pagar		(1.760.126)	587.724
Adiantamentos de clientes		98.782	(71.214)
Provisão para demandas judiciais		1.145.944	1.644.127
Outros		71.054	84.554
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		2.091.128	2.252.389
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Venda de propriedade de investimento	4.3	4.700.000	-
Adições do ativo imobilizado	3.2	(555.890)	(177.103)
Adições do ativo intangível	3.3	(74.977)	(85.029)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de investimentos		4.069.133	(262.132)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos dos financiamentos imobiliários		(3.795.597)	(1.231.004)
Captações de financiamentos de curto e longo prazo		-	87.000
Pagamentos dos financiamentos de curto e longo prazo		(625.000)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(4.420.597)	(1.144.004)
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.739.664	846.253
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.172.664	326.411
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.912.328	1.172.664
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.739.664	846.253

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	2019	2018
Receitas		
Receitas de serviços	34.418.946	32.180.678
Ganho na variação de propriedades para investimentos	470.000	160.000
Perda na venda do imobilizado	-	(1.750.000)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - reversão/ (constituição)	(767.729)	(812.898)
Receitas/despesas diversas	205.944	(35.588)
	<u>34.327.161</u>	<u>29.742.192</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(13.229.768)	(13.622.213)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.508.002)	(4.208.075)
	<u>(18.737.770)</u>	<u>(17.830.288)</u>
Valor adicionado bruto	<u>15.589.391</u>	<u>11.911.904</u>
Depreciação e amortização	(522.002)	(537.036)
Valor adicionado líquido gerado pela Fundação	<u>15.067.389</u>	<u>11.374.868</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	76.041	26.067
Receitas de aluguéis	2.169.092	1.741.099
Valor adicionado total a distribuir	<u>17.312.522</u>	<u>13.142.034</u>
Empregados		
Remuneração direta	7.978.107	6.833.525
Benefícios	1.563.382	1.243.411
FGTS	703.845	576.464
	<u>10.245.334</u>	<u>8.653.400</u>
Tributos		
Impostos, taxas e contribuições	2.036.903	3.594.481
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	152.210	749.122
Remuneração de capitais próprios		
Superávit do exercício	4.878.075	145.031
Distribuição do valor adicionado	<u>17.312.522</u>	<u>13.142.034</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Apresentação

1.1. Contexto operacional

A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIECAFI ("FIECAFI" ou "Fundação") é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 1º de agosto de 1974 por professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP) e funciona na qualidade de órgão de apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA/USP, tendo por objetivos fundamentais:

- a) Colaborar, através dos meios adequados, com instituições públicas e privadas, em programas de Ciências Contábeis, Atuariais e Financeiras visando o desenvolvimento econômico-social a serem estabelecidos com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, demais unidades da Universidade de São Paulo ou outras entidades de ensino e pesquisa;
- b) Manter a Instituição de Ensino Superior "Faculdade Fiecafi", oferecendo cursos e demais programas de educação superior;
- c) Promover cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos nas áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária, Controladoria, Governança Corporativa, Controle e Gestão de Negócios, Controle e Gestão de Riscos, Auditoria, Tecnologia da Informação, Controle e Gestão de Cadeia de Suprimentos, Logística Empresarial, Previdência, Parcerias Público-Privadas, dentre outras, e que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como para a melhoria dos técnicos que trabalham nos diversos setores da comunidade;
- d) Pesquisar e desenvolver projetos e aplicações, com foco em inovação, na interseção entre tecnologia e as áreas mencionadas;
- e) Colaborar na organização e implementação dos cursos de pós-graduação em Contabilidade, Finanças e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, demais unidades da Universidade de São Paulo e de outras Universidades que requisitarem os seus serviços;
- f) Promover a divulgação de conhecimentos das áreas mencionadas por meio de publicações técnicas, tais como livros, revistas, periódicos, monografias e outras formas que se fizerem adequadas;
- g) Implementar sistemas de bolsas no sentido de apoiar a formação de estudantes e professores de alto valor, colaborando assim na preparação de recursos humanos de alto nível para as áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária e correlatas; e

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- h) Realizar pesquisas e prestar serviços de forma a atender às necessidades dos setores público e privado, tudo dentro de cânones acadêmicos que permitam, simultaneamente, o atendimento do objetivo citado e o treinamento de pessoal especializado.

Os resultados das atividades desenvolvidas pela FIPECAFI são estendidos à comunidade por meio da publicação de livros e artigos, oferecimento de cursos de graduação, pós-graduação e mestrado profissional, cursos de curta e de longa duração, e apresentação de palestras, seminários, simpósios e conferências.

A FIPECAFI disponibiliza uma grade de cursos de pós-graduação lato sensu para o universo da Contabilidade, Auditoria, Controladoria, Logística, Atuária e Finanças. Reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), os "MBAs" distinguem-se pela abordagem de temas específicos, dentro das áreas de negócios, alguns de caráter único. São ministrados por professores mestres e doutores, em sua grande maioria formados na FEA/USP, e executivos renomados em suas áreas de atuação.

No que diz respeito ao stricto sensu, a FIPECAFI oferece o curso de mestrado profissional em Controladoria e Finanças (presencial) e os cursos de graduação em Ciências Contábeis, Administração, Tecnólogo em Gestão Financeira e Tecnólogo em Processos Gerenciais (presencial e a distância).

O Programa de Educação Executiva da FIPECAFI oferece cursos de curta duração para executivos, empreendedores, consultores, pesquisadores e estudantes de Contabilidade, Auditoria, Controladoria, Logística, Atuária e Finanças, tanto na modalidade presencial como a distância. Esse programa distingue-se pela abordagem de temas específicos dentro das áreas de negócios, com vistas à tomada de decisão.

Os cursos de educação na área de negócios da FIPECAFI abordam temas relevantes em Contabilidade e Finanças no contexto atual. Eles levam inovação e praticidade às aulas, associando tecnologia a um atendimento educacional personalizado, dinamizando a relação de tempo e espaço sem perder o aspecto humano da aprendizagem.

Adicionalmente, a FIPECAFI desenvolve projetos de pesquisa contratados por entidades públicas, empresas privadas e organizações do terceiro setor, visando a emissão de pareceres técnicos, estudos e outras abordagens relacionadas à aplicação prática dos conhecimentos de ponta produzidos e desenvolvidos com a realização de pesquisas científicas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 17 de abril de 2020.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas nas Interpretações Técnicas Gerais - ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da FIIPECAFI na sua gestão.

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e no valor justo, sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da FIIPECAFI, e os valores foram arredondados para o milhar mais próximo.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da FIIPECAFI exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, entre elas: (i) aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações; (ii) avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente; (iii) análise de risco na determinação das perdas estimadas com créditos de difícil liquidação; e (iv) análise dos riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo tais revisões reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos nas respectivas notas explicativas, a saber:

- Nota 4.2 - Contas a receber;
- Nota 3.1 - Propriedades para investimentos; e
- Nota 5.3 - Provisão para demandas judiciais e trabalhistas.

1.3. Novas normas e práticas contábeis ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

As seguintes normas e interpretações não terão impactos significativos nas demonstrações contábeis.

- I. Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas de IRFS;
- II. Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 /IFRS 3); e
- III. Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS8).

2. Performance

2.1. Receita operacional líquida

O momento do reconhecimento da receita leva em conta o estágio de execução dos serviços, ou seja, o método da percentagem completada; portanto, a receita é reconhecida nos períodos contábeis em que os serviços são prestados. Para as receitas educacionais, leva-se em conta a quantidade de aulas efetivamente ministradas em cada período e para os projetos de pesquisas contratados, atribui-se o percentual de receita equivalente à tarefa concluída em conformidade com o contrato e respectiva aprovação do cliente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Educacionais	22.938.793	20.056.021
Projetos e pesquisas	10.519.445	11.348.635
Outras atividades	960.708	776.022
	<u>34.418.946</u>	<u>32.180.678</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento a Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1), a FIECAFI mantém política de concessão de bolsas sociais a seus alunos e subsídios a seus colaboradores, para realização de cursos na Faculdade Fiecafi. O percentual de subsídio aos colaboradores é 80%; para as bolsas sociais os percentuais podem variar, porém a maioria dos alunos atendidos possui bolsa de 100%.

O valor da gratuidade concedida a alunos bolsistas e colaboradores no ano de 2019 foi de R\$ 460.060 referente a 29 bolsas.

2.2. Custos dos serviços prestados

Os custos são reconhecidos nos períodos contábeis em que os serviços são prestados, e são segregados nas seguintes atividades:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Educacionais	(15.412.915)	(13.648.926)
Projetos e pesquisas	(7.851.609)	(8.089.655)
Outras atividades	(520.598)	(387.039)
	<u>(23.785.122)</u>	<u>(22.125.620)</u>

2.3. Despesas gerais e administrativas

Referem-se a gastos administrativos da Fundação, tais como pessoal, materiais de escritório, higiene e limpeza, copa e cozinha, serviços de terceiros para manutenção e limpeza do prédio, dentre outros.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal	(3.596.044)	(3.309.705)
Despesas gerais	(1.879.783)	(1.170.285)
Despesas de serviços prestados	(1.823.243)	(2.094.280)
Despesas com depreciação e amortização	(522.002)	(537.036)
Despesas corporativas	(259.506)	(228.423)
Despesas com materiais	(211.286)	(185.491)
	<u>(8.291.864)</u>	<u>(7.525.220)</u>

2.4. Receitas de aluguéis

As receitas de aluguéis são provenientes de:

- a) Contratos firmados de arrendamentos das propriedades para investimentos; e
- b) Locação para terceiros das salas de aula disponíveis quando há ociosidade nessas salas, sendo tal receita classificada na rubrica "Espaço Maestro".

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas de aluguéis são mensuradas pelo valor justo e reconhecidas no resultado pelo método linear no prazo do arrendamento ou locação incorridos no período, independente do prazo de recebimento dos valores formalizados em cada contrato.

	2019	2018
Aluguel de salas "Espaço Maestro"	1.296.465	1.368.269
Aluguel de imóveis	872.627	372.830
	<u>2.169.092</u>	<u>1.741.099</u>

As receitas já contratadas, levando em conta somente os contratos vigentes, são:

- 2020 - R\$ 480.000;
- 2021 - R\$ 456.000;
- 2022 - R\$ 456.000;
- 2023 - R\$ 95.000.

2.5. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras correspondem aos juros sobre aplicações financeiras e são mensuradas pelo método do custo amortizado, apropriado pro rata temporis. As despesas financeiras correspondem aos encargos financeiros sobre financiamentos e são apropriadas pelo mesmo método do custo amortizado. A composição do resultado financeiro líquido da FIPECAFI está assim distribuída:

	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamento imobiliário	(8.676)	(566.168)
Juros sobre financiamento de capital de giro	(77.077)	(78.359)
Outros	(66.457)	(104.595)
	<u>(152.210)</u>	<u>(749.122)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	76.041	26.067
Resultado financeiro líquido	<u>(76.169)</u>	<u>(723.055)</u>

3. Investimentos

3.1. Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos incluem imóveis comerciais que são arrendados e são mensurados pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e, subsequentemente, ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma empresa externa especializada e independente avalia a carteira de propriedade para investimento a cada doze meses emitindo laudo que serve de base para determinação do valor justo. Para definir o valor referente ao imóvel foi utilizado o método comparativo de dados de mercado.

A movimentação ocorrida no período foi:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	17.320.000
Baixa por alienação (imóvel Rua Alvarenga, 1961)	(4.700.000)
Perda no valor justo do imóvel alienado	(1.750.000)
Mudança no valor justo dos demais imóveis	160.000
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.030.000
Mudança no valor justo dos demais imóveis	470.000
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.500.000

Em 19 de dezembro de 2018, mediante aprovação do Conselho Curador da FIIPECAFI, o imóvel situado na Rua Alvarenga, 1961, foi vendido para a FUVEST, conforme compromisso de compra e venda. O valor total da venda foi de R\$ 4.700.000, o que provocou uma perda no montante de R\$ 1.750.000 em relação ao valor reconhecido contabilmente.

A Administração entende que os valores dos imóveis representam adequadamente o valor justo. Destaca-se que o imóvel localizado na Rua Alvarenga, 2147, está atualmente alugado e o locatário procedeu com adequações significativas, o que resultou na melhoria da avaliação na ordem de R\$ 310.000. Da mesma forma, o terreno situado na Rua Alvarenga, esquina com Rua Guilherme Milward, recebeu, por parte do locatário, adequações resultando, da mesma forma na melhoria da avaliação no total de R\$ 140.000. Nesse sentido, apurou-se um ganho total no valor justo de R\$ 470.000 no exercício de 2019, incluindo o ganho de R\$ 20.000 apurado nas salas localizadas na Vila Leopoldina. O valor justo dos imóveis, que monta a R\$ 11.500.000 (R\$ 11.030.000 no exercício de 2018) está suportado por laudo de avaliação, elaborado em janeiro de 2020, pela Amaral D'Avila Engenharia de Avaliações Ltda, empresa especializada em avaliações de imóveis pelo método comparativo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

b. Custos subsequentes

O custo de um componente do imobilizado, em caso de benfeitorias e reposições, é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a FIEPECAFI e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado aplicando-se no método linear com base nas taxas apresentadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as taxas e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício contábil e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A taxa é estimada em percentual anual, bem como os saldos e movimentações do imobilizado estão apresentadas a seguir:

Movimentação do imobilizado

	Taxa	Custo em 2018	Adições	Baixa	Custo em 2019
Terrenos		6.010.001	-	-	6.010.001
Imóveis	2,5%	14.087.025	343.228	-	14.430.253
Computadores e periféricos	20%	3.050.818	50.707	(41.356)	3.060.169
Móveis e utensílios	10%	1.314.852	124.942	-	1.439.794
Máquinas e equipamentos	10%	1.395.219	37.013	-	1.432.232
Biblioteca	10%	197.498	-	-	197.498
Bens em comodato	25%	41.767	-	(41.767)	-
		<u>26.097.180</u>	<u>555.890</u>	<u>(83.123)</u>	<u>26.569.947</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 2018	Adições	Baixa	Saldo em 2019
Depreciação acumulada				
Imóveis	(2.422.545)	(276.541)	-	(2.699.086)
Computadores e periféricos	(2.901.174)	(70.054)	39.288	(2.931.940)
Móveis e utensílios	(1.192.628)	(39.892)	-	(1.232.520)
Máquinas e equipamentos	(1.230.002)	(43.216)	-	(1.273.218)
Biblioteca	(112.024)	(19.750)	-	(131.774)
Bens em comodato	(41.590)	(177)	41.767	-
	<u>(7.899.963)</u>	<u>(449.630)</u>	<u>81.055</u>	<u>(8.268.538)</u>
Saldo líquido	<u>18.197.217</u>	<u>106.260</u>	<u>(2.068)</u>	<u>18.301.409</u>

3.3. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, prioritariamente, direito de uso de softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, estimadas com base na vida útil definida no prazo de 1 a 5 anos.

		2018		2019	
	Taxa média	Custo	Adições	Custo	
Marcas e patentes		4.914	-	4.914	
Softwares	28,57%	1.526.657	74.977	1.601.634	
		<u>1.531.571</u>	<u>74.977</u>	<u>1.606.548</u>	
		Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019	
Amortização acumulada		(1.633)	-	(1.633)	
Marcas e patentes		(1.497.717)	(72.372)	(1.570.089)	
Softwares		(1.499.350)	(72.372)	(1.571.722)	
Saldo líquido		<u>32.221</u>	<u>2.605</u>	<u>34.826</u>	

4. Capital de Giro

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez (vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contratação), as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de caixa e depósitos bancários são demonstrados pelo valor justo. As aplicações financeiras estão avaliadas pelo método do custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
 FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Caixa	6.600	4.727
Bancos	3.227	42.910
Banco Santander (Brasil) S.A.	50	50
Banco Itaú-Unibanco S.A.	2.039	4.297
CEF - Caixa Econômica Federal	214	36.259
Banco BRB S.A.	923	2.303
Banco Bradesco S.A.	1	1
Aplicações Financeiras	2.902.501	1.125.027
Banco do Brasil S.A.	72.054	288.160
Banco Itaú-Unibanco S.A.	2.216	2.096
Banco Santander (Brasil) S.A.	2.545.093	759.996
Banco Bradesco S.A.	283.138	74.775
	<u>2.912.328</u>	<u>1.172.664</u>

As aplicações financeiras da FIPECAFI obtiveram taxas nominais médias de rentabilidade de 0,47% a.m. em 2019 (0,5% a.m. em 2018).

4.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), a qual é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber de clientes. Em 2019, a PECLD refere-se exclusivamente à atividade educacional.

	2019	2018
Educacionais	4.387.157	3.620.090
Pesquisas e projetos	1.178.210	1.571.800
Direitos autorias e outros créditos	64.075	59.381
	<u>5.629.442</u>	<u>5.251.271</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(1.814.348)	(1.428.453)
	<u>3.815.094</u>	<u>3.822.818</u>
	2019	2018
Aging list de contas a receber		
A vencer	3.216.592	2.748.270
Vencidos de 0 a 30 dias	281.082	581.318
Vencidos de 31 a 60 dias	189.806	235.493
Vencidos de 61 a 90 dias	127.614	257.197
Vencidos de 91 a 120 dias	298.903	367.436
Vencidos de 121 a 150 dias	486.101	355.713
Vencidos há mais de 150 dias	1.029.344	705.844
	<u>5.629.442</u>	<u>5.251.271</u>

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Movimentação da PECLD		
Saldo no início do exercício	1.428.453	772.383
Adições	2.196.182	1.585.281
Baixas	(381.834)	(156.828)
Reversões	(1.428.453)	(772.383)
Movimento do período	385.895	656.070
Saldo no final do exercício	<u>1.814.348</u>	<u>1.428.453</u>

A FIPECAFI constitui como perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) as mensalidades e títulos que estejam vencidos há mais de 90 dias, uma vez que isso reflete o comportamento histórico.

4.3. Outras contas a receber

Em 19 de dezembro de 2018 a FIPECAFI vendeu para a FUVEST o imóvel situado na Rua Alvarenga, 1961, o qual estava classificado em "Propriedades para Investimentos". O valor da venda foi de R\$ 4.700.000 e foi recebido em 04 de janeiro de 2019 (R\$ 3.804.273), 21 de fevereiro de 2019 (R\$ 195.727) e 05 de abril de 2019 (R\$ 700.000).

4.4. Fornecedores

Referem-se a valores devidos a terceiros relativos a materiais já fornecidos e serviços já prestados em cursos e projetos de pesquisas contratados.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Materiais	52.563	73.493
Serviços prestados	611.956	1.079.573
	<u>664.519</u>	<u>1.153.066</u>

4.5. Salários, férias e encargos

Referem-se a salários, férias e encargos sociais incidentes sobre a folha, tais como Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público sobre Folha - PIS.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários	416.401	351.191
Encargos	269.536	239.480
	<u>685.937</u>	<u>590.671</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Férias	751.252	606.568
Encargos	255.279	206.231
	<u>1.006.531</u>	<u>812.799</u>
Total	<u>1.692.468</u>	<u>1.403.470</u>

4.6. Tributos a recolher

Contempla os tributos federais (Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Pessoa Física IR PJ e PF, Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF e Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS) e municipais (Imposto sobre Serviço Prestado - ISS) retidos na fonte dos prestadores de serviços, os quais são recolhidos no mês subsequente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Tributos federais	204.406	192.094
Tributos municipais	5.337	2.346
	<u>209.743</u>	<u>194.440</u>

4.7. Serviços prestados a pagar

Referem-se a serviços prestados por terceiros em cursos e projetos de pesquisas contratados, os quais, por uma questão temporal, ainda não foram pagos.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Projetos de pesquisas contratados	2.049.447	3.340.472
Pesquisas e publicações	778.228	756.229
Educacionais	560.176	523.619
Espaço Maestro	16.214	16.825
Outros	25.645	5.710
Circulante	<u>3.429.710</u>	<u>4.642.855</u>
Projetos de pesquisas contratados	292.799	724.223
Pesquisas e publicações	-	47.254
Educacionais	-	68.303
Não circulante	<u>292.799</u>	<u>839.780</u>
Total	<u>3.722.509</u>	<u>5.482.635</u>

5. Riscos ou contingências

5.1. Depósitos judiciais

Constituem valores em garantia das demandas judiciais. Tais valores estão contabilizados desde a data da notificação, com base no valor depositado em juízo naquela data e, no caso da COFINS, acrescido de depósitos mensais em atendimento à decisão judicial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2018</u>	<u>Depósito</u>	<u>Atualização</u>	<u>2019</u>
COFINS	40.528.957	1.121.702	1.086.457	42.737.116
ISS - 2000	2.254.967	-	-	2.254.967
INSS	1.624.153	-	49.457	1.673.610
ISS - SMS	707.855	-	23.182	731.037
ISS - Obrigações acessórias	116.139	-	3.910	120.049
Depósito recursal trabalhista	9.536	54.683	1.087	65.306
	<u>45.241.607</u>	<u>1.176.385</u>	<u>1.164.093</u>	<u>47.582.085</u>

Tais valores estão atualizados pelos seguintes indexadores:

- I. COFINS e INSS: taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), conforme extratos solicitados na Caixa Econômica Federal;
- II. ISS 2000: INPC IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e conforme extrato emitido pelo Banco do Brasil;
- III. ISS - Obrigações Acessórias: índice do TJ/SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) para débitos judiciais;
- IV. ISS - SMS: IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo); e
- V. Depósito recursal trabalhista: índices do JAM (Juros e Atualização Monetária) creditados nas contas vinculadas do FGTS.

Os depósitos foram realizados em decorrência das ações descritas na Nota Explicativa 5.3.

5.2. Contas a pagar

Trata-se de valor devido a título de comissão pela contratação de garantia pecuniária (Carta de Fiança Bancária) referente aos débitos inscritos junto à Prefeitura Municipal de São Paulo, detalhados na Nota Explicativa 5.3 "Provisão para demandas judiciais".

5.3. Provisão para demandas judiciais

A FIPECAFI constitui provisões em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações judiciais em curso e que possam vir a representar uma saída de caixa ou redução de outro ativo.

Nesse contexto, existem processos de naturezas fiscais e trabalhistas em andamento e, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, as provisões foram registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da FIPECAFI avaliou que não ocorreram mudanças nas circunstâncias das discussões, nem tampouco existiram novas informações ou acumulação relevante de nova experiência que justificasse alteração no tratamento das referidas provisões. Destaca-se, no entanto, que no caso das ações trabalhistas foi constituída provisão, conforme detalhado na nota 5.3.4.

O quadro a seguir evidencia a conciliação entre o montante de depósitos judiciais constituído, conforme nota explicativa 5.1, e o valor das provisões constituídas, em 31 de dezembro de 2019.

	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Variação</u>
INSS	1.673.610	1.673.610	-
COFINS	42.737.116	26.690.419	16.046.697
ISS - 2000	2.254.967	2.254.967	-
ISS - SMS	731.037	731.037	-
ISS - Obrigações Acessórias	120.049	120.049	-
Trabalhista	65.306	232.752	(167.446)
Total	<u>47.582.085</u>	<u>31.702.834</u>	<u>15.879.251</u>

Movimentação dos processos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Compensação</u>	<u>Adição</u> <u>Atualização</u>	
Tributárias				
Federais:				
INSS	1.624.153	-	49.457	1.673.610
COFINS	25.621.024	(17.062)	1.086.457	26.690.419
Municipais:				
ISS - 2000	2.254.967	-	-	2.254.967
ISS - SMS	707.855	-	23.182	731.037
ISS - Obrigações Acessórias	116.139	-	3.910	120.049
Trabalhistas	-	-	232.752	232.752
	<u>30.324.138</u>	<u>(17.062)</u>	<u>1.395.758</u>	<u>31.702.834</u>

Em 31 de dezembro de 2019, além dos valores supracitados, a Fundação é ré em processos tributários em que a probabilidade de perda, segundo os assessores jurídicos, é possível. No exercício de 2019, o montante de causas possíveis é de R\$ 10.839.504 (R\$ 8.462.504 no exercício de 2018).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3.1. INSS

Ano de ingresso da ação: 1995

Período: 01/1985 a 12/1994

Objeto da ação: Em agosto de 1995, em procedimento de fiscalização, o INSS interpretou que todos os pagamentos efetuados às pessoas físicas prestadoras de serviços nos últimos 10 (dez) anos não poderiam ter sido caracterizados como pagamento a autônomos. Como consequência desta decisão, o INSS emitiu notificação de recolhimento complementar contra a FIEPECAFI, que a contesta judicialmente, tendo efetuado, originalmente, depósito judicial do valor questionado junto à CEF - Caixa Econômica Federal e contabilizado a respectiva provisão passiva.

Em setembro de 2009, a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo decidiu por extinguir os supostos débitos relativos ao período de janeiro de 1985 a dezembro de 1989, ou seja, os 5 (cinco) anos iniciais da ação, permanecendo o período de janeiro de 1990 a dezembro de 1994. Portanto, a FIEPECAFI ganhou a questão relativa à decadência dos 5 (cinco) primeiros anos (trânsito em julgado) e perdeu a questão referente ao reconhecimento do vínculo dos 5 (cinco) anos subsequentes.

Situação atual do processo: Em 07/2018 a FIEPECAFI interpôs recurso junto ao STJ - Superior Tribunal de Justiça solicitando que o processo retorne para o TRF - Tribunal Regional Federal para reanálise de alguns pontos, o qual aguarda julgamento; o INSS também interpôs recurso junto ao STJ questionando a decisão referente ao mês de dezembro/1989, o qual aguarda julgamento.

Situação contábil: Provisão contábil integral vem sendo mantida, muito embora parte relativa aos 5 (cinco) anos iniciais abrangidos pela ação já tenham sido declarados prescritos e levantamento dos valores relativos a esse período serão apurados em 2020 e baixados. Para o período de janeiro de 1985 a dezembro de 1989 o risco é classificado como remoto e o restante, ou seja, janeiro de 1990 a dezembro de 1994, como possível com tendência a provável, tendo em vista a recusa do STJ em reanalisar os fatos discutidos no processo, segundo os assessores jurídicos da FIEPECAFI. A Administração, no entanto, decidiu por manter a provisão até que o recurso seja transitado em julgado.

5.3.2. COFINS

Ano de ingresso da ação: 1999

Período 1: 01/1994 a 12/1998

Período 2: depósitos mensais desde 01/1999

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Objeto da ação: Reconhecimento da imunidade relativa à COFINS

Situação atual do processo: Em 1999, a FISCAFI ingressou com uma Ação Ordinária contra a cobrança da COFINS, tendo obtido liminar autorizando o depósito judicial compreendendo os 5 (cinco) anos anteriores abrangidos pela ação (1994 a 1998). Em 13/07/2018 a 3ª Turma do TRF reconheceu a imunidade da FISCAFI, tornando cabível o juízo de retratação, para adequar o acórdão ao RE - Recurso Extraordinário nº 566.622 e negar provimento à apelação da União.

Em que pese o julgamento favorável à FISCAFI, consoante para com o entendimento firmado pelo eg. Supremo Tribunal Federal - STF em sede de repercussão geral, tendo em vista que o v. acórdão ainda não transitou em julgado e os autos encontram-se atualmente com a Fazenda Nacional, os assessores jurídicos entendem ser prudente a manutenção do procedimento até agora adotado (depósito judicial mensal) até o desfecho final da ação, até para evitar questionamentos de eventual fiscalização. A Fundação vem depositando mensalmente o suposto valor da COFINS. Portanto, o depósito judicial compreende o período de 01/1994 até a presente data.

Situação contábil: No ano de 2009 a FISCAFI avaliou, juntamente com seus assessores jurídicos, a referida ação e decidiu reverter a provisão constituída a partir de fevereiro de 1999 até a presente data e manter o restante da provisão constituída para o período de janeiro de 1994 a janeiro de 1999. Tal decisão de reversão baseia-se em parecer jurídico sustentado na Medida Provisória 2.158-35/01, artigo 14. Mesmo tendo obtido êxito em julho de 2018, conforme acima discorrido, a Administração decidiu por manter a provisão, embora o parecer dos assessores jurídicos classifique o risco como remoto por se tratar de assunto que ainda cabe recurso por parte da União.

5.3.3. ISS

ISS - 2000:

Ano de ingresso da ação: 2001

Período: 01/2000 a 01/2001

Objeto da ação: Reconhecimento da imunidade relativa ao ISS.

Situação atual do processo: A FISCAFI impetrou Mandado de Segurança contra decisão administrativa que reconheceu, apenas parcialmente, a imunidade tributária (CF, art. 150, VI, "c" e §4º) da Fundação ao ISS referente ao exercício de 2000.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A demanda foi julgada improcedente. Em 13/04/2018, a 2ª Turma do STF, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos pela Fundação em agravo regimental em agravo em recurso extraordinário e determinou o trânsito em julgado e baixa imediata dos autos à origem. Como foi depositada parcela do ISS discutido na ação, a exigibilidade do crédito tributário está suspensa, nos termos do artigo 151, II do CTN, quanto à parcela depositada.

Faz-se desnecessária a atualização dos valores envolvidos, pois o pagamento do imposto relativo a 2000 já está garantido (à exceção da parcela referente aos serviços prestados em Brasília).

Situação contábil: Em 2018 a FIIPECAFI constituiu provisão referente ao processo judicial identificado como "ISS 2000", em montante correspondente ao valor depositado em juízo, aguardando a Prefeitura Municipal de São Paulo levantar o referido depósito judicial para baixar essa rubrica.

ISS - 2001-2002:

Ano de ingresso da ação: 2006

Período: 01/2001 a 01/2002

Objeto da ação: O ISS referente ao período de janeiro de 2001 a janeiro de 2002 foi objeto de autuação e, posteriormente, de execução fiscal (EF 0098689-79.0600.8.26.0090), a qual se encontra garantida por fiança bancária e foi impugnada por meio de embargos à execução, julgados procedentes em primeiro grau.

Situação atual do processo: A sentença de procedência dos embargos, que reconheceu a imunidade tributária da FIIPECAFI, foi mantida em sede de apelação. O município interpôs recurso especial e recurso extraordinário, os quais não foram admitidos pela Presidência da Seção de Direito Público do TJSP. O Município foi intimado de tais decisões em fevereiro de 2020.

Situação contábil: Provisão contábil não reconhecida com base em parecer dos assessores jurídicos tendo classificado como possível. O imóvel sede da FIIPECAFI, localizado na Rua Maestro Cardim serve de garantia à Carta de Fiança Bancária junto ao Banco Bradesco no valor total de R\$ 9.500.000.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ISS 2009 a 2013:

Situação atual: Reconhecimento de imunidade indeferido pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo e autuação do ISS de 2009 a 2013. A FIPECAFI apresentou impugnações ao indeferimento de sua imunidade tributária e aos autos de infração, cujas decisões de improcedência deram ensejo à interposição de recursos ao Conselho Municipal de Tributos em 30/08/2019 e 24/10/2019 (6017.2019/0048876-0 e 6017.2019/0061912-0). Aguarda-se julgamento dos recursos interpostos. A exigibilidade dos créditos tributários está suspensa (CTN, art. 151, III).

Situação contábil: A Administração da FIPECAFI estima que o valor atualizado (base dezembro de 2019) totalize aproximadamente R\$ 8.462.504. Importante destacar que a base utilizada incorpora todas as receitas da FIPECAFI (exceto as financeiras) aplicando-se alíquota de 5% (cinco por cento) para os anos de 2009 a 2012 e alíquota diferenciada por natureza dos serviços em 2013. Os assessores jurídicos da FIPECAFI classificam a chance de perda como possível.

ISS - SMS:

Ano de ingresso da ação: 2006
Período: 2000 a 2002

Objeto da ação: A FIPECAFI mantinha contrato de prestação de serviços em "projetos de pesquisa contratados" com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo que efetuou um desconto de 5% (cinco por cento) em cada pagamento a título de ISS.

Em 24/03/2005, a FIPECAFI, por meio de seus assessores jurídicos, apresentou pedido administrativo de restituição do valor descontado, fundamentado na sua imunidade tributária.

Situação atual: Os autos foram remetidos para a subdivisão de restituições e compensações da Secretaria de Finanças em 2016 e aguardam análise do Agravo Regimental interposto em 12/11/2009 e consequente decisão final administrativa.

Situação contábil: Os assessores jurídicos da FIPECAFI classificam a chance de perda como provável e, por conta disso, a Administração constituiu provisão no passivo não circulante de mesmo valor reconhecido no ativo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ISS - Obrigações Acessórias:

Ano de ingresso da ação: 2006

Período: 2000 a 2002

Objeto da ação: A FIPECAFI responde à execução fiscal (EF 105662/06), tendo por objeto a exigência de multa pelo suposto descumprimento de obrigações acessórias (escrituração fiscal do Livro 53) no período de 2000 a 2002, a qual se encontra garantida por depósito judicial da quantia referente à multa.

Situação atual: O processo se encontra suspenso até o desfecho da Execução Fiscal 0098689-79.0600.8.26.0090, que discute a obrigação principal.

Situação contábil: Provisão contábil integral vem sendo mantida como base no parecer dos assessores jurídicos da FIPECAFI que classificam a chance de perda como provável.

5.3.4. Trabalhistas

A FIPECAFI possui ações em curso na esfera trabalhista para as quais os assessores jurídicos da FIPECAFI identificaram a chance de perda como possível. Não obstante, a Administração, dentro de melhor juízo e por entender tratar-se de ação trabalhista, avalia existir risco de perda provável de parte dos valores demandados e, conseqüentemente, decidiu por constituir provisão no montante de R\$ 232.752 para essa fração das demandas no montante.

5.4. Aspectos fiscais

À luz da Constituição Federal - CF e Código Tributário Nacional - CTN, consideram-se imunes a impostos as instituições de caráter filantrópico, recreativo, educacional, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

A FIPECAFI é uma entidade sem fins lucrativos, conforme descrito na Nota explicativa 1 e, desta forma, possui imunidade. O desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da FIPECAFI, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as Fundações sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da imunidade da qual goza a Instituição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.5. Cobertura de seguros

A FIPECAFI adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

Coberturas	2019	2018
Incêndio, explosão e fumaça	20.500.000	17.500.000
Danos elétricos	250.000	250.000
Responsabilidade civil operações	1.000.000	1.000.000
Subtração de bens	200.000	200.000
Vidros	50.000	50.000
Impacto de veículos e queda de aeronaves	150.000	150.000
Total	<u>22.150.000</u>	<u>19.150.000</u>

A apólice do seguro do prédio da Rua Maestro Cardim é renovada anualmente, foi contratada junto ao Bradesco Seguros (Swiss RE Corporate Solutions) e a vigência do contrato compreende o período de 28 de agosto de 2019 a 28 de agosto de 2020.

Quanto aos seguros dos imóveis em Propriedade para Investimentos, conforme contrato, estão sob a responsabilidade dos respectivos locatários.

6. Instrumentos Financeiros e Patrimônio Líquido

6.1. Instrumentos financeiros

A FIPECAFI reconhece os ativos e passivos financeiros quando, na data da negociação, for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

A FIPECAFI não possuía instrumentos derivativos na data de encerramento do balanço.

Os ativos e passivos financeiros detidos em 31 de dezembro de 2019, elencados abaixo, estão detalhados nas suas respectivas notas explicativas (NE) e estão contabilizados ao custo amortizado:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- I. Contas a receber (NE 4.2);
- II. Outras contas a receber (NE 4.3);
- III. Empréstimos e financiamentos - imobiliário (NE 6.3.1); e
- IV. Empréstimos e financiamentos - capital de giro (NE 6.3.2).

6.2. Gerenciamento de riscos

A FIPECAFI apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- I. Risco de crédito;
- II. Risco de liquidez; e
- III. Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da FIPECAFI a cada um dos riscos supramencionados, bem como os objetivos, as políticas e os processos adotados para a mensuração e gerenciamento destes riscos.

6.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais, que surge principalmente nos recebíveis da FIPECAFI.

A Fundação avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela FIPECAFI. A Fundação possui aplicações financeiras de curto prazo, que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. No caso de contas a receber, o gerenciamento é feito na renovação da matrícula, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados.

A FIPECAFI estabelece uma redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos, baseado na matriz de perdas conforme abordagem simplificada.

As principais contas sujeitas a risco de crédito, mantidas em 31 de dezembro de 2019, elencadas abaixo, estão detalhados nas suas respectivas notas explicativas (NE):

- I. Caixa e equivalente de caixa (NE 4.1);
- II. Contas a receber (NE 4.2); e
- III. Outras contas a receber (NE 4.3).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado com a possibilidade de a FIPECAFI encontrar dificuldades para cumprir com as obrigações representadas pelos passivos que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.

A FIPECAFI vem cumprindo adequadamente com suas obrigações de curto prazo e a Administração, com base em sua experiência, pode afirmar que continuará cumprindo com despesas operacionais de curto prazo. A Fundação dispõe de linhas de crédito aprovadas (conta garantida e capital de giro) suficientes para, caso seja necessário, cumprir com essas obrigações. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos sistematicamente pela Administração no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

A seguir, são evidenciados os montantes de risco relativos aos passivos não derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019			
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6-12meses	1-2anos
Passivos não derivativos				
Fornecedores	664.519	664.519	-	-
Salários e encargos	685.937	685.937	-	-
Férias a pagar	1.006.531	331.183	675.348	-
Tributos a recolher	209.743	209.743	-	-
Contas a pagar	120.642	120.642	-	-
Serviços prestados a pagar	3.722.509	2.035.074	1.394.636	292.799
	<u>6.409.881</u>	<u>4.047.098</u>	<u>2.069.984</u>	<u>292.799</u>

	2018			
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6-12meses	1-2anos
Passivos não derivativos				
Fornecedores	1.153.066	1.153.066	-	-
Salários e encargos	590.671	590.671	-	-
Férias a pagar	812.799	325.120	487.679	-
Tributos a recolher	194.440	194.440	-	-
Contas a pagar	116.364	116.364	-	-
Serviços prestados a pagar	5.482.635	2.426.428	2.216.427	839.780
Empréstimos e financiamentos - capital de giro	625.000	250.000	250.000	125.000
Empréstimos e financiamentos - imobiliário	3.795.597	3.795.597	-	-
	<u>12.770.572</u>	<u>8.851.686</u>	<u>2.954.106</u>	<u>964.780</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado está relacionado com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros, nos ganhos da FIPECAFI. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da FIPECAFI era:

	2019	2018
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	2.912.328	1.172.664
Total	<u>2.912.328</u>	<u>1.172.664</u>

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

A FIPECAFI mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data base em 31 de dezembro de 2019, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 4,40%, cenário provável para o ano de 2020, ante a taxa efetiva de 5,96% verificada no ano de 2019.

	Exposição base 31/12/2019	Risco	Cenário Provável	Cenário I Possível -25%	Cenário II Remoto -50%
Taxa anual estimada do CDI			4,40%	3,30%	2,20%
Disponibilidades	2.912.328	Baixa CDI	128.142	96.107	64.071
Impacto no resultado financeiro			<u>128.142</u>	<u>96.107</u>	<u>64.071</u>

Além do risco do mercado associado aos ativos financeiros, a FIPECAFI está exposta ao risco de variação no valor justo das propriedades para investimentos, conforme Nota Explicativa 3.1.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2.4. Redução ao valor recuperável

A FIPECAFI considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a FIPECAFI utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, para verificar se há indicadores de perda de valor. No período findo em 31 de dezembro de 2019, não há evidências de não recuperabilidade desses ativos.

A Administração da FIPECAFI não identificou justificativas para a constituição de outras perdas estimadas sobre seus ativos, exceto aquela constituída sobre contas a receber.

6.3. Empréstimos e financiamentos

Foram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e foram apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

6.3.1. Empréstimos e financiamentos - Imobiliário

Os saldos referentes ao financiamento imobiliário estavam compostos da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Financiamento imobiliário	-	5.316.520
Juros	-	(1.520.923)
(=) Saldo devedor	-	3.795.597
Curto prazo (até 1 ano)	-	(3.795.597)
Longo prazo (1 a 2 anos)	-	-
Longo prazo (3 a 5 anos)	-	-

Com a venda do imóvel da Rua Alvarenga, 1961, a Administração da FIPECAFI decidiu realizar a quitação antecipada do financiamento imobiliário, cujo saldo devedor líquido totalizava R\$ 3.795.597 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.026.601 em 31 de dezembro de 2017), a qual foi efetivada em 04 de janeiro de 2019.

6.3.2. Empréstimos e financiamentos - Capital de giro

Os saldos estavam compostos da seguinte forma:

Banco	2018	Amortização	2019
Capital de Giro-Bradesco*	708.783	(708.783)	-
Juros a transcorrer	(83.783)	83.783	-
Total	625.000	(625.000)	-
Total circulante	500.000	(500.000)	-
Total não circulante	125.000	(125.000)	-

* Contrato Nº 11.324.071 com vencimento final em 02/03/2020 e taxa de juros de 11,35% a.a.

6.4. Patrimônio líquido

Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial foram decorrentes da aplicação do custo atribuído aos imóveis classificados como propriedade para investimentos em 2009. O valor do ajuste àquela data foi de R\$ 4.733.177 tendo uma vida útil reavaliada em 40 anos (2,5% a.a.), o que produz uma amortização anual de R\$ 118.329.

Com a venda do imóvel situado na Rua Alvarenga, 1961, o valor residual de R\$ 1.159.429 correspondente a esse imóvel foi amortizado totalmente em 2018.

Assim, o valor original do ajuste, referente 2009, para fins de continuidade da amortização, passa a ser de R\$ 3.187.272, representado por R\$ 4.733.177 deduzido de R\$ 1.545.905, que corresponde ao valor do ajuste do imóvel Rua Alvarenga, 1961, reconhecido em 2009.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, mantida a mesma vida útil de 40 anos (2,5% a.a.), a amortização anual será de R\$ 79.682 a partir de 2019 (R\$ 3.187.272 x 2,5%).

7. Empregados, Colaboradores e Relações com o EAC

7.1. Benefícios aos colaboradores

A FIEPECAFI possui política de concessão de benefícios aos seus colaboradores que contempla: assistência médica, plano odontológico, vale alimentação, estacionamento, vale-transporte ou ônibus fretado, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de línguas, graduação, pós-graduação, MBA e Mestrado em outras instituições de ensino que não a FIEPECAFI.

Além disso, os colaboradores podem realizar os cursos ministrados pela FIEPECAFI com subsídio de 80%, e seus dependentes (cônjuges e filhos), com subsídio de 60%.

A FIEPECAFI não possui benefícios de longo prazo ou benefícios pós-emprego com seus empregados.

7.2. Partes relacionadas

7.2.1. Diretoria Executiva, Conselhos Curador e Fiscal

Os trabalhos voluntários estão regulados pela Lei 9.608/98 que não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, enquanto os cargos de diretoria executiva, conselhos curador e fiscal são exercidos por mandatos.

Por definição estatutária, a FIEPECAFI não remunera, a qualquer título, Conselheiros Curadores, Conselheiros Fiscais e Diretores pelos serviços prestados em suas funções.

No exercício de 2019 os valores destes trabalhos foram mensurados pelo valor justo e somaram R\$ 593.510 (R\$ 561.135 no exercício de 2018).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2.2. Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP (EAC)

Cumprindo sua missão, a FIPECAFI aportou recursos operacionais, financeiros e tecnológicos no Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, visando a manutenção da excelência no desenvolvimento de suas atividades de graduação e pós-graduação, bem como a publicação da Revista Contabilidade e Finanças e a realização do USP International Conference in Accounting e do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. A composição dos valores destinados ao EAC no exercício de 2019 está descrita a seguir:

	EAC	Revista Contabilidade e Finanças	Internacio- nalização	Total
Apoio administrativo	541.664	149.638	-	691.302
Apoio às coordenações	189.600	49.500	24.750	263.850
Bolsas e auxílios	-	-	44.988	44.988
Materiais	61.399	401	-	61.800
Gerais	325.318	53.350	-	378.668
	<u>1.117.981</u>	<u>252.889</u>	<u>69.738</u>	<u>1.440.608</u>

7.2.3. Verba de Internacionalização

A FIPECAFI também apoiou o Projeto de Internacionalização do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, em consonância com a política geral da Universidade de São Paulo.

Tal apoio consiste no aporte de recursos financeiros fixados e destinados pelo Conselho Curador, em reunião realizada em 16 de agosto de 2005, com vistas às seguintes atividades básicas:

- Intercâmbio de professores com universidades do exterior;
- Participação de professores em eventos internacionais com apresentação de trabalhos;
- Obtenção do grau de doutoramento e de pós-doutoramento no exterior para docentes;
- Participação em projetos com parceiros internacionais;
- Publicações em revistas internacionais; e
- Demais atividades necessárias à internacionalização do Departamento de Contabilidade e Atuária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os projetos a serem desenvolvidos a cada período são determinados pela Administração da FIPECAFI em conjunto com o Departamento de Contabilidade e Atuação de acordo com os orçamentos de gastos previstos para os projetos.

7.3. Eventos subsequentes

A Administração da FIPECAFI vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com atenção as orientações das autoridades brasileiras. A Fundação vem adotando medidas com o propósito de preservar a saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros, assim como a saúde financeira da instituição. É importante ressaltar que o tempo de duração da situação de reclusão da população em suas casas, além do alcance e intensidade com que o vírus poderá se espalhar nas diferentes regiões do país, fazem com que, nesse momento, a FIPECAFI não tenha uma estimativa dos impactos do COVID-19 sobre seus resultados em períodos subsequentes. Entretanto, a Fundação reforça que possui solidez financeira e patrimonial, dispendo de recursos disponíveis para atravessar esse período de crise; há, também, linhas de crédito pré-aprovadas junto ao Banco Bradesco S.A. e junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.

8. Demonstrações complementares

8.1. Demonstração do valor adicionado

A FIPECAFI elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante

O balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e a DVA (informações suplementares) em moeda de capacidade aquisitiva constante, apresentadas nesta nota explicativa, foram elaboradas de acordo com a metodologia de correção integral estabelecida pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, Instrução nº 191/92, aplicadas sobre as demonstrações contábeis básicas que estão preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i. Índice de atualização - A atualização monetária do imobilizado, patrimônio social, contas de resultado e apuração de ganhos e perdas dos itens monetários foi efetuada com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor - IPCA - IBGE, que foi de 3,1% em 2019 e 3,6% em 2018. Importante destacar que até 2016 foi utilizado o índice IPC-FIPE;
- ii. Informações suplementares de 2018 - Os saldos das contas das informações suplementares de 2018, para fins de comparação, foram atualizados à moeda de capacidade aquisitiva constante de 31 de dezembro de 2019.
- iii. Contas patrimoniais - Os ativos e passivos monetários das informações suplementares em 31 de dezembro de 2019 são idênticos aos das demonstrações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). O ativo imobilizado e o patrimônio social foram corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA-IBGE até 31 de dezembro de 2019, sendo que até 2016 utilizou-se o índice IPC-FIPE e partir de 2017 o IPCA-IBGE.
- iv. Contas de resultado - Todas as contas foram atualizadas com base na variação do IPCA-IBGE, a partir do mês de contabilização das transações. Foram ajustadas pelos ganhos e perdas gerados em consequência do efeito da inflação sobre os ativos e passivos monetários. Tais ganhos e perdas foram alocados às contas de resultados a que se vinculam.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
 FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Balanços patrimoniais

	Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.912.328	1.223.169
Contas a receber	3.815.095	3.987.460
Outras contas a receber	-	4.902.421
Adiantamento diversos	269.211	179.504
Outros créditos	760	52.203
Estoques	110.590	117.632
	<u>7.107.984</u>	<u>10.462.389</u>
Não circulante		
Investimentos	62.542	62.542
Depósitos judiciais	47.582.085	47.190.082
Propriedades para investimento	11.500.000	11.505.042
Imobilizado	33.997.226	33.399.618
Intangível	40.911	40.673
	<u>93.182.764</u>	<u>92.197.957</u>
Total do ativo	<u><u>100.290.748</u></u>	<u><u>102.660.346</u></u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	664.519	1.202.726
Salários e encargos	685.937	616.110
Férias a pagar	1.006.531	847.805
Tributos a recolher	209.743	202.814
Contas a pagar	120.642	121.376
Serviços prestados a pagar	3.429.710	4.842.814
Adiantamento de clientes	310.113	220.433
Empréstimos e financiamentos - imobiliário	-	3.959.067
Empréstimos e financiamentos - capital de giro	-	521.534
	<u>6.427.195</u>	<u>12.534.679</u>
Não circulante		
Serviços prestados a pagar	292.799	875.948
Empréstimos e financiamentos - capital de giro	-	130.384
Provisão para demandas judiciais	31.702.834	31.630.145
	<u>31.995.633</u>	<u>32.636.477</u>
Patrimônio Líquido		
Patrimônio social	52.694.028	52.694.028
Ajustes de avaliação patrimonial	2.361.300	2.485.847
Superávit acumulado	6.812.592	2.309.315
	<u>61.867.920</u>	<u>57.489.190</u>
Total do passivo	<u><u>100.290.748</u></u>	<u><u>102.660.346</u></u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Demonstrações do resultado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2019	2018
Receita operacional líquida	34.968.262	33.935.055
Custos dos serviços prestados	(24.783.737)	(24.933.137)
	10.184.525	9.001.918
Receitas/(Despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(8.408.623)	(6.390.880)
Receitas de aluguéis	2.213.881	1.844.912
Ganho na variação de propriedades para investimento	472.687	167.016
Outras receitas/(despesas) operacionais	210.602	174.720
	(5.511.453)	(4.204.232)
Superávit antes das operações não recorrentes	4.673.072	4.797.686
Despesa com provisões para riscos tributários/fiscais/trabalhistas	(234.083)	(1.865.482)
Perda na venda do imobilizado	-	(1.826.738)
	(234.083)	(3.692.220)
Superávit antes do resultado financeiro	4.438.989	1.105.466
Receitas financeiras	(1.759)	(1.596)
Despesas financeiras	(58.500)	(562.627)
Resultado financeiro líquido	(60.259)	(564.223)
Superávit do exercício	4.378.730	541.243

c. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante			
	Patrimônio social	Ajuste de Avaliação patrimonial	Superávits /Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	54.497.101	3.683.756	570.163	58.751.020
Ajuste exercícios anteriores	(1.803.073)	-	-	(1.803.073)
Superávit do exercício	-	-	541.243	541.243
Ajuste de variação patrimonial	-	(1.197.909)	1.197.909	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	52.694.028	2.485.847	2.309.315	57.489.190
Superávit do exercício	-	-	4.378.730	4.378.730
Ajuste de variação patrimonial	-	(124.547)	124.547	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	52.694.028	2.361.300	6.812.592	61.867.920

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Demonstrações dos fluxos de caixa

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2019	2018
Superávit do exercício	4.378.730	541.243
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	544.484	775.180
Baixa do item do imobilizado	2.157	-
Perda na venda do imobilizado	-	1.826.738
Despesa com provisões para riscos tributários/fiscais		
Depósitos judiciais	234.083	1.865.482
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(402.515)	(709.966)
Ganho/(perda) na variação de propriedades para investimento	(472.687)	(167.016)
Superávit do exercício ajustado	4.284.252	4.131.661
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	574.880	(1.046.319)
Adiantamento diversos	(89.707)	(48.864)
Depósitos judiciais	(400.724)	(1.865.019)
Fornecedores	(538.207)	119.259
Salários e encargos	69.827	70.276
Férias a pagar	158.726	129.355
Serviços prestados a pagar	(1.996.253)	421.738
Adiantamento de clientes	89.680	(85.323)
Provisão para demandas judiciais	(161.394)	651.874
Outros	64.680	85.717
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.055.760	2.564.355
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Venda do imobilizado	4.902.421	-
Aquisições de imobilizados	(579.831)	(191.652)
Aquisição de ativo intangível	(78.206)	(92.014)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de investimentos	4.244.384	(283.666)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações e pagamentos dos financiamentos imobiliários	(3.959.067)	(1.480.466)
Captações e pagamentos dos financiamentos de curto prazo	(651.918)	69.721
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos	(4.610.985)	(1.410.745)
(Diminuição)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.689.159	869.944
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.223.169	353.225
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.912.328	1.223.169
(Diminuição)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.689.159	869.944

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Demonstrações do valor adicionado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2019	2018
Receitas		
Receitas de serviços	34.968.262	33.935.055
Ganho (perda) na variação de propriedades para investimento	472.687	167.016
Perda na venda do imobilizado	-	(1.826.738)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	(402.515)	(709.966)
Receitas/despesas diversas	210.602	174.720
	35.249.036	31.740.087
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(13.799.551)	(13.897.426)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.868.682)	(4.552.892)
	(19.668.233)	(18.450.318)
Valor adicionado bruto	15.580.803	13.289.769
Depreciação e amortização	(544.484)	(775.180)
Valor adicionado líquido gerado pela Fundação	15.036.319	12.514.589
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(1.759)	(1.596)
Receitas de aluguéis	2.213.881	1.844.912
Valor adicionado total a distribuir	17.248.441	14.357.905
Empregados		
Remuneração direta	8.321.710	7.394.894
Benefícios	1.630.714	1.345.556
FGTS	734.158	623.820
	10.686.582	9.364.270
Tributos		
Impostos, taxas e contribuições	2.124.629	3.889.765
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	58.500	562.627
Remuneração de capitais próprios		
Superávit do exercício	4.378.730	541.243
Distribuição do valor adicionado	17.248.441	14.357.905

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
FIIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho Curador

Reinaldo Guerreiro
Presidente

Demais Membros:

Natos:

Ariovaldo dos Santos
Edgard Bruno Cornacchione Jr.

Eliseu Martins

Fábio Frezatti

Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima

Sérgio de Iudícibus

Eleitos:

Bruno Meirelles Salotti

Carlos Alberto Pereira

Jerônimo Antunes

João Carlos Castilho Garcia

João Vinícius de França Carvalho

Luiz Nelson Guedes de Carvalho

Mara Jane Contrera Malacrida

Marco Tullio de Castro Vasconcelos

Valmor Slomski

Composição da Diretoria Executiva

Wellington Rocha
Diretor Presidente

Márcio Luiz Borinelli
Diretor Administrativo-Financeiro

Fernando Dal Ri Murcia
Diretor de Pesquisas

João Domiraci Paccez
Diretor de Cursos

Composição do Conselho Fiscal

Titulares:

Ernesto Rubens Gelbcke

Guillermo Oscar Braunbeck

José Roberto Kassai

Suplentes:

Diogo Toledo do Nascimento

Gustavo Gonçalves Vettori

Joshua Onome Imoniama

Mariângela Matias
Contadora CRC 1SP238572/O - 3